As tentações pós-moratória

Gilberto Dupas 6 FEV 1987

A decisão da moratória dos juros internacionais passou a ser inevitável a partir da não reversão da tendência dos péssimos saldos da balança comercial. Claro está que o momento "taticamente" mais correto para se ter limitado remessas ao exterior teria sido na deflagração do Plano Cruzado, há um ano atrás. Teríamos administrado um dos fatores estruturais da inflação brasileira e, com certa competência, poderíamos ter obtido mais êxito nos processos distributivos e na contenção do nível de preços. Além de maior facilidade na compreensão dos credores, dado o otimismo geral que cercou o Cruzado. Mas essas são águas passadas.

No momento atual, porém, a moratória ficava como única opção. A alternativa era a garantia, por parte dos banqueiros, de imediato aporte de recursos novos. Seria US\$ 800 mil a US\$ 1.000 mil mensais, que serviriam para o pagamento dos próprios juros, engordando a dívida no mesmo valor. Mesmo que, individualmente, vários bancos se manifestassem favoráveis, seria impossível garantir a superação dos obstáculos burocráticos, antes de dois ou três meses. Até lá, já com as reservas negativas, estaríamos totalmente na mão do sistema financeiro internacional, com nosso poder de barganha reduzido a zero.

Tomada a decisão, porém, são poucas as opções que se abrem. Algumas apontam para tentações extremas, complexas e perigosas. Vamos explorar duas delas que já circulam com certo desembaraço em áreas influentes, com adeptos a nível do poder.

A teoria do "inimigo" ou da "conspiração" externa é velha e sedutora. Até porque, libertando-se do implacável pragmatismo das lógicas contábeis e formais que regem os contratos entre credores e devedores no sistema financeiro internacional, ela procura sua fundamentação em valores morais e éticos. A conclusão de que a nossa dívida é "imoral" e "impagável" soma-se a análise de que o capital internacional e as transnacionais "conspiram" contra o crescimento do país, a partir do objetivo de manter a hegemonia dos mercados mundiais. Esse caminho pode encontrar como parceiro natural o sentimento xenófobo-nacionalista-isolacionista, com ramificações em certas áreas militares e empresariais bem intencionadas. Um dos equívocos desse modelo é a hipótese de que um país, da importância e complexidade do Brasil, devendo quase US\$ 110 bilhões, possa abstrair-se da realidade da interdependência dos mercados internacionais, muitas vezes perversa, mas cada vez mais condicionante dos processos produtivos e tecnológicos. Além, obviamente, do inevitável componente totalitário desse caminho, com evidentes traços "nasseristas". Idealiza ele, porém, apelos ideológicos consistentes e forte teor populista.

No espectro oposto da escala das tentações pós-moratória, encontra-se um conjunto de soluções que podem levar o país a um processo de "internacionalização" de seu sistema de decisões econômicas e, por consequência, políticas, com profundas repercussões. Trata-se do projeto de "interiorizar" a dívida externa, proposta que seduz tanto certos credores quanto algumas altas autoridades, provocando também certo encantamento em círculos escolhidos de empresários e banqueiros nacionais. Dada a aparente inviabilidade de honrar, a curto e médio prazos, os serviços e parte do principal da dívida externa (sem provocar arrocho interno e recessão), a proposta passa pela transformação de parte significativa dessa dívida em crédito interno, exigível em cruzados, que os credores interna-

cionais utilizariam para adquirir ações de empresas nacionais privadas ou públicas. Os banqueiros que hoje negociam parte dos seus créditos de "recebimento duvidoso" com o Brasil, com deságios de 20% a 30% (pós-moratória esses números certamente aumentaram ainda mais), passariam a dispor de grande parte desses recursos, integralmente, para investir no país.

Os problemas começam, obviamente, quando se imagina o montante em jogo. Se apenas metade das dívidas, somente do setor privado, fosse utilizada, seriam cerca de US\$ 20 bilhões (ou algo como Cz\$ 400 bilhões) os recursos disponíveis para essas operações. Dado o nível do valor patrimonial das ações das empresas privadas e públicas mais significativas (e de capital aberto), um montante como esse, mesmo se aplicado a médio prazo e amarrado a projetos de expansão, provocaria um forte processo de internacionalização dos ativos produtivos no país. O mais diretamente atingido seria o empresário nacional, muitas vezes ainda na fase de transição para o capitalismo moderno, ainda detendo forte dominância da estrutura familiar no comando de seus negócios. Para não mencionar as empresas estatais principalmente as mais eficientes e lucrativas. No setor bancário, se essa medida fosse concomitante com a abertura do mercado à participação majoritária de capitais estrangeiros nos bancos comerciais, a hegemonia dos bancos internacionais seria óbvia.

Se esta proposta, como acontece com a primeira, também tem fascínios evidentes, inclusive sobre o eventual novo padrão de "eficiência gerencial" a que essa internacionalização levaria, ela também leva a riscos muito importantes. O modelo "Formosa-Taiwan" transformaria o Brasil num dócil "parceiro", nas decisões estratégicas tomadas a nível dos países centrais e das transnacionais, levando-nos simplesmente a reboque de prioridades que podem não ser (e certamente não serão) as nossas. O sistema bancário interno passaria a ser constituído, a médio prazo, por filiais dos bancos estrangeiros. Os mesmos credores da nossa dívida externa seriam aqueles que descontinuariam duplicatas das empresas e financiariam automóveis e máquinas. As crises externas na longa, inevitável e atritosa negociação que ainda teremos com os credores (durante décadas) repercutiriam imediatamente no relacionamento dos agentes econômicos com os seus banqueiros internos (no caso, praticamente os mesmos). Não parece razoável esperar, num país com a extensão e a complexidade do Brasil, que um modelo como esse possa funcionar com estabilidade política e institucional. A grande fronteira de exposição entre o capital internacional e o Governo, sem um sólido "colchão" formado por capitais nacionais de certa importância, levaria a contínuos confrontos que não interessariam a ninguém. Pelo menos, não conviriam à nação brasileira.

Assim, será preciso encontrar, entre os extremos aqui delineados pela opção "nacionalista-nasserista" e pela rota da "internacionalização" (tentações fáceis e inconvenientes), uma opção pós-moratória que nos permita caminhar por uma rota razoável, que concilie (tanto quanto possível) crescimento e soberania nacional. Estamos alertas para os perigos. Cumpre ao Governo oferecer opções viáveis que, discutidas pela nação, permitam ao país navegar por caminhos mais seguros.

Gilberto Dupas é secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e autor do livro "Crise Econômica e Transição Democrática". Foi Presidente da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, além de dirigente de vários grupos privados.